

A CONFERÊNCIA DA CIDADE: O PLANEJAMENTO URBANO E A MÍDIA EM CUIABÁ

Amli Paula Martins de Miranda¹
Luís da Rosa Garcia Netto²

RESUMO

Neste artigo objetiva-se despertar a reflexão acerca da forma de abordagem e divulgação, pela mídia local, do planejamento urbano em Cuiabá. A intenção é sugerir debates e estudos sobre o nível do fluxo de informações a esse respeito, ressaltando-se em que medida estas atingem todos os tipos de público. Para isso, toma-se como base de avaliação a 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá, na qual os atores sociais discutiram sobre as perspectivas futuras da capital de Mato Grosso. No texto analisam-se os conceitos de crescimento, desenvolvimento e planejamento, com destaque para a confusão gerada sobre esses aspectos na mídia, o que dificulta a sua compreensão pela comunidade. Reflete-se, ademais, sobre o conceito de rede, em especial as de informação, enquanto instrumento do poder, as quais podem oferecer subsídios para as comunidades poderem participar das decisões sobre o futuro da cidade. Procedeu-se à aproximação entre as abordagens das disciplinas de Comunicação Social e Geografia, propondo-se despertar para a necessidade da democratização do saber e do intercâmbio entre essas matérias para incentivar as políticas de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Crescimento, desenvolvimento regional, mídia, planejamento urbano, redes.

ABSTRACT

This article is a stimulating reflection about as cuiabana media discusses and discloses the issue of urban planning in Cuiabá. The intention is to suggest debates and studies on the flow of information on the matter and how this information must reach all public types. To do this, the evaluation was the 4th Cuiaba City Conference, where the social actors involved in the discus-

1 Jornalista, mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e integrante do Grupo de Estudos Estratégicos e Planejamento Integrado (GEEPI). E-mail: paulamiranda.ufmt@gmail.com

2 Orientador da Pós-Graduação em Geografia da UFMT e coordenador do GEEPI. E-mail: urbanus@terra.com.br

sions about the future prospects of the capital of Mato Grosso. The text discusses the concepts of growth, development and planning, highlighting the confusion about them in the media, which encumbers understanding among the community. Reflects on the concept of network, in particular the information network as an instrument of power, which may offer subsidies to which communities can participate in decisions about the future of the city. The article approaches of Social Communication and Geography disciplines. The proposal is to awaken to the need for the democratization of knowledge and the exchange between the disciplines to encourage regional development policies.

Keywords: growth; regional development; media; urban planning; networks

Introdução

Com o passar do tempo, a tecnologia da informação mudou os conceitos de edição, diagramação e linguagem da mídia, procurando atrair leitores, espectadores e internautas de vários estratos sociais. Para isso, as editorias concentraram esforços na divulgação de novos produtos e serviços, travando disputas para ver quem chegaria primeiro ao público-alvo. Nesse processo, muitas vezes, a qualidade da cobertura, ou seja, o grau de elaboração, análise e crítica nas reportagens ficam prejudicados.

Neste artigo objetiva-se despertar a reflexão acerca da forma de abordagem e divulgação do planejamento urbano em Cuiabá pela mídia local, elegendo-se como objeto de análise o material divulgado pela Assessoria de Comunicação da 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá, realizada em novembro de 2009.

A primeira parte do texto contempla os conceitos de crescimento, desenvolvimento e planejamento, que, quando mal entendidos, causam confusão nos meios acadêmicos e, principalmente, entre leigos, como os jornalistas. Se os profissionais da comunicação se confundem em relação a esses conceitos, fica ainda mais complicado o seu entendimento pela população consumidora de notícias.

Em seguida, com base no material cedido pelo Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU) da Prefeitura de Cuiabá, discorre-se sobre a 4ª Conferência, o objetivo do evento e os conceitos de cidade-*marketing* e cidade corporativa.

Depois, discute-se o conceito de rede, um dos principais na Geografia, em especial as redes de informação, como a mídia, e o papel delas enquanto formadoras de opinião e divulgação da cultura e identidade das comunidades. Mais adiante, avaliam-se as matérias feitas sobre a 4ª Conferência e abordam-se as causas e consequências da má qualidade da informação, que obedece aos interesses do poder hegemônico e exclui a população em geral, tirando sua voz ativa no processo de planejamento urbano, além de incentivar a sua omissão.

No espaço geográfico global há uma complexa rede constitutiva dos fluxos por onde transitam, em alta velocidade, informações das mais variadas ordens. Por isso, as matérias elaboradas/divulgadas na mídia podem apresentar considerável perda de informação, que é prejudicial quando se procura conscientizar os agentes sociais sobre as questões de desenvolvimento, crescimento e planejamento. Sendo assim, este trabalho visa alertar

para a necessidade do intercâmbio entre jornalistas, cientistas e comunidade, com vistas à qualidade de vida na rede urbana.

Desenvolvimento, crescimento e planejamento: a confusão entre os conceitos

Os conceitos de desenvolvimento, crescimento e planejamento são trabalhados habitualmente nos meios acadêmicos em várias disciplinas e costumam gerar confusão e até falta de consenso entre os estudiosos sobre o assunto. Essa confusão pode ficar ainda maior quando esses conceitos são aplicados ao cotidiano, como, por exemplo, no trabalho da mídia. Percebe-se que os jornalistas e articulistas confundem, principalmente, os dois primeiros, motivo pelo qual, antes da reflexão e análise das reportagens sobre a 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá, os três referidos conceitos serão aqui comentados.

Os textos de Andrade (1987) analisam os desníveis regionais e as características dos polos de desenvolvimento e crescimento apresentadas na teoria de François Perroux, elaborada em 1955. O autor, que define com propriedade esses conceitos, aborda os estudos sobre as diferenças no desenvolvimento entre as regiões e cita disciplinas e políticas que oferecem conhecimentos e bases técnicas para a elaboração de diagnósticos com vistas a corrigir os desequilíbrios. Nesse contexto, relata que

[...] o surgimento com Izard, nos Estados Unidos, da chamada Ciência Regional, dos estudos na Europa Ocidental de disciplinas como a Prospectiva e a Organização do Espaço e do surgimento na Inglaterra, logo após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, da política intitulada “Town and Country Planning” e, na França, da política de “Aménagement du Territoire”. Disciplinas e políticas que utilizam conhecimentos anteriores de Geografia Regional, de Geografia Aplicada, de Sociologia Urbana e Rural, de Urbanismo, de Economia Geográfica, de Economia Regional e de Economia Humana. (p. 54-55).

O ponto de partida da política de “Aménagement du Territoire” é o chamado “diagnóstico geo-sócio-econômico” necessário para a criação de planos de incentivo ao crescimento e desenvolvimento regional. Através dele, podem-se descobrir as distorções que impedem ou atrasam esse desenvolvimento. A etapa seguinte ao diagnóstico é o incentivo à participação da população para agilizar as ações do Poder Público, uma das premissas para a realização de eventos como a 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá, a qual pode ser relacionada ao comentário de Andrade:

Passada da fase de diagnóstico que é eminentemente geográfica, da mobilização da população que é sobretudo sociológica [...] e da programação que é principalmente econômica chegamos às fases da decisão. [...] Essas decisões cabem aos legisladores e aos auxiliares do poder Executivo em cada país, segundo a sua organização político constitucional. (p. 56).

O intercâmbio de idéias é essencial ao desenvolvimento de todo trabalho de elaboração de políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida da população, que se constitui num dos agentes sociais que precisam compreender e absorver todas as etapas do projeto. Disso decorre, então, a necessidade de elaboração de campanhas e planos de comunicação através dos quais a comunidade possa tomar conhecimento de todo o processo e dele participar mais ativamente.

Nesse contexto, o poder do conhecimento e da informação está profundamente relacionado ao conceito de desenvolvimento, que pode ser definido como o processo de ampliação da capacidade de os indivíduos terem opções, fazerem escolhas. Assim, as comunidades podem compreender os fatores materiais e os indicadores econômicos que também abrangem os projetos. Dito de outro modo, a ampliação do horizonte social e cultural da vida das pessoas, aliada à cooperação e solidariedade entre os membros da sociedade, é um fator crucial para o desenvolvimento ocorrer. Enfim, esse processo envolve o saber, a educação de um povo.

Já quando se aborda o conceito de crescimento, este seria um meio e um fim para se atingir o desenvolvimento. Crescimento é associado ao poder econômico e sua discussão engloba questões, entre outras, da área econômica, como hábitos de consumo e renda *per capita*. Ou seja, o bom é quando se tem mais e mais. Mesmo assim, crescimento não é a condição única para se promover o desenvolvimento, mas é necessário ao estabelecimento das políticas públicas de superação da pobreza e geração de emprego e renda. Nesse sentido, o crescimento econômico não pode ser associado automaticamente ao desenvolvimento social e cultural.

Para se destacar as diferenças entre crescimento e desenvolvimento, recorre-se aqui a François Perroux, cuja teoria homônima, enfatizando a força motriz capaz de influenciar as mudanças econômicas, foi elaborada em 1955, ao ter estudado a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale do Ruhr, tornando-se um dos princípios mais utilizados e estudados no meio acadêmico. O autor, através da Teoria dos Pólos de Crescimento, prega que a força motriz, uma indústria, dentro de um sistema regional, é o polo propulsor do desenvolvimento. Suas ideias,

desse modo, servem de base para o entendimento das políticas econômicas e sociais vigentes, postulando que o desenvolvimento regional está sempre ligado ao polo que detém essa força propulsora. Para reforçar as reflexões teóricas sobre esses conceitos, Perroux (2000 apud ALMEIDA, 1997, p. 59-60) compara o significado dos termos e relata que

[...] o pólo de desenvolvimento não se identifica com o de desenvolvimento. [...] o desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real, global. [...] O crescimento, porém, existe quando há aumento do produto global e, conseqüentemente, da renda *per capita*.

Já o desenvolvimento regional deve ser entendido como uma especificação do conceito de desenvolvimento, lembrando a necessidade do planejamento para o equilíbrio racional orientado para a utilização e dinamização de um território. Os objetivos fundamentais do desenvolvimento regional traduzem-se no combate aos desníveis regionais; no aproveitamento dos recursos e potencialidades das regiões; na promoção do ordenamento do território; e, finalmente, na garantia da participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais. Nesse contexto, como ressalta Almeida (2005, p. 209),

[...] o desenvolvimento regional proposto pelo plano regional deve ser o resultado da capacidade de organização dos atores sociais, em torno de um projeto coletivo. Para isso, um processo amplo e abrangente de mudança social e elevação das escolhas e das oportunidades da sociedade deve ser buscado de modo a compatibilizar no tempo o crescimento econômico, a equidade social, a conservação do meio ambiente e a integridade cultural de sua população.

Só que, relacionar e equilibrar objetivos de todos os atores sociais é um dos maiores obstáculos para a concretização de mudanças que possam, pelo menos, minimizar os desníveis regionais e incentivar a igualdade social. Os atores sociais, chamados também de agentes sociais, segundo Corrêa (2005, p. 12), “[...] fazem e refazem a cidade através de estratégias e ações concretas [...]” que procuram atender aos interesses de cada um. São eles: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos, todos produtores e consumidores do espaço urbano e cujas ações - complexas- são derivadas da lógica da acumulação capitalista em um mundo globalizado.

Esse jogo de interesses torna complicada toda a elaboração das políticas de desenvolvimento implementadas pelos órgãos de planejamento urbano nas

esferas federal, estadual e municipal, que buscam fortalecer a economia de determinada região. No entanto, a realidade não corresponde à proposta, e a cidade acaba sendo construída, modificada a partir da influência do capital, sem que sejam levados em conta principalmente os grupos sociais excluídos. Almeida há pouco mencionado, destaca essa questão da seguinte forma: “Como crítica a esse tipo de planejamento territorial regional, o controle exercido pelo Estado escamoteia os conflitos sociais internos, porque o faz na satisfação de interesses estranhos à coletividade regional, ou seja, a ação do Estado reflete a racionalidade da ‘lógica instrumental de acumulação’.” (p. 206).

O conceito de planejamento entra nesse debate, pois busca a racionalização de idéias com o objetivo de modernizar a vida social, viabilizando o seu crescimento e desenvolvimento. O planejamento acarreta pontos positivos e negativos para a sociedade, porque, através dele, determinam-se regras, normas e ações que podem ser desejáveis ou não para os atores sociais. Seu conceito surgiu como uma resposta aos problemas enfrentados pelas cidades, tanto aqueles não resolvidos pelo urbanismo moderno quanto aqueles causados por este.

O planejamento encerra em si a definição de um futuro desejado e de todas as providências para que isso se torne real. A expressão “planejamento urbano” é oriunda da Inglaterra e dos Estados Unidos e marca uma mudança na forma de se encarar a cidade e seus problemas. É um instrumento que viabiliza a ordenação territorial. Segundo Cabo (1997, p. 27),

O Planejamento Regional tem como ponto de partida a disponibilidade de recursos da região; as possibilidades produtivas; o estado da técnica e da estrutura institucional do sistema; e as possibilidades sociais: eleições individuais, decisões governamentais e distribuição espacial. Constitui-se a partir de encaminhamentos para contribuir na tomada de medidas com vistas a melhorar os resultados previstos. [...] procurando alcançar em determinado tempo o desenvolvimento de regiões que contem com recursos suficientes.

Entre os princípios básicos do Planejamento Regional, o autor cita o uso racional e sustentável dos recursos naturais da área em questão, alertando para a necessidade do estabelecimento de regras para que isso ocorra. A planificação abrange, ademais, o estudo da estrutura físico-geográfica, das condições sociais e dos fatores econômicos, políticos e históricos da área, requerendo-se, ainda, a participação das comunidades através de discussões públicas.

No trabalho, cumprem-se, nesta seqüência, as etapas de elaboração de planos, formulação do diagnóstico e definição das tendências e perspectivas para o planejamento. Durante todo o processo, a equipe deve estar aberta

a mudanças no projeto de ordenamento do território, mas essas discussões e futuras decisões sobre o futuro de uma cidade, como já foi citado neste artigo, leva em conta um jogo de interesses que, nem sempre, interessam à população, que, sendo assim, cada vez mais se decepciona com a falta de iniciativa do Poder Público, que segue a lógica primordial da acumulação.

A Conferência da Cidade de Cuiabá: a cidade “marketing”?

A 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá³, realizada nos dias 17 e 18 de novembro de 2009, foi promovida pela Prefeitura, através do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU). Concebida como um evento aberto à participação popular, buscou discutir questões relacionadas ao desenvolvimento, mobilidade urbana, aplicação do Estatuto da Cidade, Plano Diretor e outras questões.

O lema escolhido foi “Cidade para todos com gestão democrática, participativa e controle social”, e o tema central, “Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano” que foi debatido a partir destes quatro eixos temáticos:

Eixo 1 - Criação, implementação de conselhos de cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no Distrito Federal

Eixo 2 - Aplicação do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano

Eixo 3 - A integração da política urbana no território: política fundiária, habitação, saneamento e mobilidade e acessibilidade urbana

Eixo 4 - A relação entre os programas governamentais - como PAC e “Minha Casa, Minha Vida” - e a política de desenvolvimento urbano

A propósito do Plano Diretor, este é o instrumento que reúne as diretrizes para o desenvolvimento do município e as estratégias de ocupação do território municipal, especialmente o urbano, com base na compreensão das funções econômicas, das características ambientais, sociais e territoriais do município, assim como de sua região de influência. Nesse contexto, o Ministério das Cidades recomenda que os processos em fase de elaboração dos Planos Diretores Participativos, com fundamento no que preconiza o

3 As informações sobre a 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá foram enviadas pela Assessoria de Comunicação do IPDU a todos os órgãos de imprensa de Mato Grosso e cedidas para serem usadas na íntegra neste artigo.

Estatuto da Cidade, sejam concluídos para atender à função social da cidade e da propriedade.

Ressalte-se, conforme já mencionado, que o planejamento bem-sucedido suscita a cooperação entre as instituições e o intercâmbio de experiências e técnicas, sem os conflitos entre os agentes sociais.

A realização da 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá seguiu a tendência de mudanças instalada no processo de administração dos centros urbanos em nível nacional, tendo-se produzido, ao longo do evento, um relatório contendo todas as questões debatidas e aprovadas, o qual foi encaminhado ao Prefeito Wilson Santos e à coordenação da Conferência Estadual das Cidades.

Para ressaltar o objetivo proposto pela 4ª Conferência para o planejamento urbano de Cuiabá, pode-se citar Dowbor (1996 apud SPOSITO, 2001), que exhibe exemplos sobre os princípios do conceito de governabilidade que se constituem em parte importante no planejamento. O autor destaca três itens para o processo, a descentralização e o papel mobilizador da administração local e a organização dos atores sociais, aos quais está implícitos “incentivar” a participação de todos nos destinos da cidade, que seria feita “para todos”.

Por outro lado, em tempos de disparidades culturais e econômicas, quando o espaço urbano apresenta um quadro social instável, esse trabalho se torna quase impossível. No cenário da política neoliberal, em que se evidenciam a redução dos salários, o aumento do desemprego e as altas taxas de juros em vigor no Brasil, piora a desestruturação dos serviços básicos para a população. As políticas sociais são relegadas a um segundo plano. Santos (1998) lembra que todas as cidades têm problemas parecidos relativamente a saúde, segurança, transportes, habitação, água, esgotos e educação, e quanto maior é o centro urbano, maiores os problemas causados pela administração capitalista, sendo agravados em razão da má gestão dos recursos públicos.

As dificuldades técnicas e financeiras da Administração Pública são responsáveis pela falta de políticas públicas duradouras. Cada governo lança sua plataforma de projetos e nega-se a dar continuidade aos trabalhos bem-sucedidos dos governos anteriores, criando os chamados projetos “tapa-buraco”, destinados à solução de problemas imediatos. Nesse contexto, o Estado, encontrando-se “preso” aos interesses do sistema econômico dentro da lógica capitalista de acumulação, perde seu poder normativo e decisório e, através de processos e planos como descentralização, terceirização, flexibilização e privatização, usa essa retórica oficial para colocar suas verdadeiras

responsabilidades de lado, em função do que acaba por perder credibilidade junto à população.

O que agrava esses problemas é o fato de com base nas tendências recentes da Administração Pública, a cidade dever ser gerida como uma empresa, na qual os gestores são os colaboradores e a população é tratada como cliente. A cidade-empresa prega a política de incentivos fiscais para atrair mais capital e a parceria público-privada na execução de projetos, fortalecendo, na verdade, o próprio setor privado.

Nesse contexto, os investimentos e políticas de desenvolvimento dependem de financiamentos externos, cujas condições e pré-requisitos para a negociação são determinados por instituições como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), porém nem sempre os critérios para tal são justos.

Ainda, nessa onda da cidade-empresa, situação que Santos (1998) define como urbanização corporativa, a cidade funciona sob o comando das grandes organizações empresariais. Em razão do que os recursos públicos são orientados para os investimentos econômicos e os gastos sociais são varridos para baixo do tapete.

Quando refletimos sobre o papel da 4ª Conferência sob esse prisma, as empresas têm papel principal no processo político, pois elas financiam campanhas políticas e ajudam a abertura de linhas de crédito para a implementação dos projetos urbanos em pauta. Esse autor acredita que o Estado acaba aderindo aos interesses dessas corporações, suprimindo a cidadania, eliminando o debate entre os representantes dos bairros. Afinal, quem esteve presente nos dois dias daquele grande evento verificou que todos os questionamentos a serem debatidos em cada eixo temático foram apresentados “prontos” pelo Ministério das Cidades, sem levar em conta as particularidades de cada região. Ou seja: as propostas encaminhadas para as conferências Estadual e Nacional são modelos herméticos, sem personalidade.

Nessa situação, o papel da mídia é questionado e citado nos textos do livro de Sposito (2001), verificando que, na maioria das vezes, o trabalho da imprensa é relegado a um mero repassador da imagem da cidade feita pelo Estado, que também divide seus interesses com a iniciativa privada.

A produção da imagem urbana apoiada nas técnicas do city marketing, além de promover o poder atrativo da cidade se volta a criar uma “solidariedade social”, um “orgulho cívico”, uma “lealdade” e uma “identidade local” pautados na despolíticação da leitura da cidade pelo fascínio de sua modelização, o que permite a abertura de uma gama de mecanismos

de controle social. A constituição de imagens-marca da cidade, filtradas através dos mecanismos da mídia, enfatiza uma positividade do espaço [...], criando a cidade-espetáculo [...] (SÁNCHEZ, 1999a apud MOURA, 2001, p. 347).

A vendagem, pela mídia, da idéia de cidade próspera, resgatando-a muitas vezes de uma condição de decadência, por não responder a mudanças estruturais e duradouras, apenas faz com que a imagem triunfe sobre a matéria. (HARVEY, 1996 apud MOURA, 2001, p. 347).

As redes de informação

Para a análise da visão da mídia sobre a questão do planejamento urbano, será trabalhado o conceito de rede, um dos mais importantes da Geografia e que também faz parte de estudos interdisciplinares na área da Comunicação Social. Rede é um conceito aplicado em pesquisas geográficas que envolvem a estrutura urbana de um país, a compreensão do funcionamento das redes de tráfico de drogas e até a acessibilidade da Internet. Como expressa Corrêa (1989, p. 5), “[...] no bojo do processo de urbanização, a rede urbana passou a ser o meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam efetivamente.” A noção de rede contribui para a compreensão de um mundo complexo no qual se formam novas identidades culturais, territorialidades e desterritorialidades, sendo a mídia parte integrante das redes de informação.

Haesbaert (2006) observa que as redes interligam o mundo, mas não têm a capacidade de ocupar todo o espaço, pois são formadas por fluxos e pontos fixos, entre os quais existem fendas que podem ser usadas para que outras formas de organização espacial se constituam. A mídia pode ser usada de forma positiva, para preencher essas fendas, esses espaços vazios e estabelecer a ligação entre eles.

Na acepção de Raffestin (1993, p. 204 apud OLIVEIRA, 2008, p. 26),

[...] a rede aparece [...] como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é desta falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta as variações no espaço e as mudanças que advêm do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona.

O trabalho da mídia favorece a base material para a expansão das redes em toda a estrutura social, e essa rede de informação, citando novamente

esse estudioso (1993), é um instrumento de poder. Segundo Castells (1999), rede é um conjunto de nós interconectados, e nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Os nós das redes podem ser representados por vários elementos do espaço, como os centros urbanos, bolsas de valores, bancos e a imprensa, que abrange revistas jornais, sistemas de televisão, *blogs* jornalísticos e *sites* de notícias. Através desses nós, estabelece-se uma ligação nos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços. No caso da imprensa, o fluxo de informações é primordial para dinamizar os demais.

Castells (1999, p. 493) ressalta que a nova tecnologia da informação, na qual a mídia está envolvida, interage com os processos de transformação da sociedade, aspecto importante quando se reflete sobre a questão urbana e a gestão das cidades. Estas, por sua vez, na visão do teórico, não são definidas pelo tamanho, “[...] são os nós da economia global e concentram tudo isto: as funções superiores direcionais, produtivas, administrativas de todo o planeta; o controle da mídia; a verdadeira política do poder; e a capacidade simbólica de criar e difundir mensagens.”

O mundo globalizado é o lugar onde as questões sobre o tempo e o espaço são cada vez mais relativas. A velocidade da informação supera fronteiras e determina o que é considerado relevante em determinado momento. Conforme Santos (2000, p. 106), temos um espaço de fluxos “constituído por redes - um sistema reticular -, exigente de fluidez e sequioso de velocidade”. O autor enfatiza a superioridade do corporativismo sobre as questões políticas, em especial as políticas públicas, ou seja, tudo depende dos interesses econômicos:

Tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise. (p. 35).

O fato inclui os critérios utilizados pelas empresas de comunicação para selecionar as notícias, o que se dá consoante o interesse de se conquistar o maior número de pessoas. As reportagens são direcionadas para o sensacionalismo, o ineditismo, obedecendo aos interesses da linha editorial do veículo, que, a propósito, depende dos anunciantes (grandes empresas e Poder Público) para sobreviver. Assim, muitas vezes, as reportagens perdem o cunho informativo. É indiscutível o poder do jornalismo na divulgação dos estudos e ideias sobre o planejamento urbano, mas a questão não é apenas divulgar, sendo preciso

usar os meios de comunicação para promover e incentivar a população no sentido de buscar o melhor para o desenvolvimento regional.

A mídia é reconhecidamente multidisciplinar. Diante da própria segmentação das editorias de acordo com o assunto focalizado, como economia, política, esportes, cidade e cultura, os jornalistas têm a obrigação de conhecer sobre o material a ser trabalhado. No caso do planejamento urbano, a função é informar e estimular no leitor a percepção e a análise da transformação do espaço das cidades.

A visão crítica da mídia

Castells (1999) acredita que a revolução tecnológica, centrada nas tecnologias da informação, remodela as bases sociais. A mídia tem esse poder, mas perde-o por conta da própria crise nas empresas de comunicação e diante dos interesses das empresas e instituições que pagam os anúncios que sustentam todo o sistema. Neste ponto da discussão, questiona-se como a mídia poderia se apresentar com imparcialidade nesse contexto, haja vista a imprensa selecionar informações e criar uma cartografia subjetiva da cidade.

Musse (2007, p. 7) opina que “[...] o jornal divide a cidade e a classifica de acordo com juízos de valor [...]”, embora tudo o que publique venha embalado pela conversa da isenção e imparcialidade. Conforme Noblat (2003, p. 15), “[...] os leitores acham que o cardápio de assuntos dos jornais está mais de acordo com o gosto dos jornalistas do que com o gosto deles.” Os jornalistas, por outro lado, “[...] se comportam como se soubessem, mais do que os leitores, o que estes querem, têm a obrigação de querer ou devem deixar de querer.”

Nas 27 reportagens coletadas e arquivadas pela Assessoria de Comunicação do IPDU⁴ da Prefeitura de Cuiabá, sobre a 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá, vê-se que a imprensa local limitou-se a reportar o fato tal como fora passado pelo Poder Público. Os textos eram praticamente iguais uns aos outros, divulgando apenas o material enviado pela Assessoria de Comunicação do evento sobre as inscrições efetuadas, o local de realização e o tema selecionado. Apenas duas matérias abordaram a participação dos representantes da comunidade nos debates do evento. A primeira⁵, que veicula notícias jurídicas e políticas, mencionou a participação do presidente da Fe-

4 As reportagens e informações podem ser acessadas no site da Prefeitura de Cuiabá, cujo endereço está incluso nas Referências deste artigo.

5 Material veiculado em meio eletrônico. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br>. Acesso: 09/maio/2010.

deração Mato-Grossense das Associações de Moradores de Bairros (Femab), Walter Arruda, e do presidente da União Cuiabana de Moradores de Bairros (Ucamb), Valmir Cardoso, nos debates sobre gestão participativa e controle social. A segunda, do jornal *O Documento*⁶, que publica reportagens de várias editoriais, como Cidades, Esportes, Nacional, Internacional, Economia e Política, relatou a aprovação das propostas para as conferências Nacional e Estadual, com as opiniões de alguns representantes das comunidades. Mesmo assim, o conteúdo dos textos era vago e isento de avaliações consistentes sobre a 4ª Conferência.

Paiva (2002, p. 38) acredita que o jornalismo atual tem a responsabilidade de propiciar um sentimento de espaço público pelo qual circulem as falas e contradições, mas os fatos reais são excluídos do noticiário. Segundo o autor, “[...] seria preciso que os jornais se lessem criticamente e fossem capazes de interpretar e não apenas reproduzir as falas das fontes informativas.”

À medida que o mundo invadiu os jornais, o planeta tornou-se cada vez maior e as questões urbanas, locais passaram a ter menos espaço de abordagem. No caderno intitulado Cidades, que se constitui num espaço desenhado e construído no gabinete do prefeito, ocorre um descolamento agudo entre a cidade real - essa dos carros, das bicicletas, dos buracos, da gente comum - e a cidade imaginária dos jornalistas. O ponto de origem dessa separação está no fato de que, nem literal nem figurativamente, esses profissionais “estão na rua”. Em consequência do volume de pautas para cumprir todos os dias, é mais fácil fazerem as entrevistas ao telefone ou através de *e-mails* e de ferramentas de busca na Internet. Isso limita a visão crítica da imprensa sobre o que acontece no cotidiano, tanto que alguns jornalistas se tornam meros observadores burocráticos do fato.

A reconciliação do jornalismo com a cidade passa pela necessidade de se contemplar os espaços urbanos com sensibilidade, ou melhor, na sua totalidade e complexidade, e os cidadãos em sua vasta multiplicidade. Mas, alguns jornalistas preferem falar das regiões centrais, dos automóveis, dos pequenos buracos nas ruas das cidades imaginárias, mantendo-se alheios ao fato de que, do outro lado e nas bordas, a cidade real pulsa, ainda. Canclini (apud BUCCI, 2000, p. 193) alerta que

Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos - a que lugar pertencem e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses - recebem suas respostas

6 Material veiculado em meio eletrônico. Disponível em: <<http://www.odocumento.com.br>>. Acesso: 13/ agosto/2010.

mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que das regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos.

Por outro lado, deve-se separar “o joio do trigo”, significando que nem todos os jornalistas seguem as regras dos poderes hegemônicos e a lógica da acumulação. No meio da rede, existem fluxos de informação que buscam a parceria da comunidade na divulgação do que é real no território urbano. O jornalismo participativo proporciona maior interação entre emissores (redações de veículos de comunicação) e receptores (população em geral). Nesse contexto, os cidadãos podem se transformar em redes de informadores conectadas aos profissionais de comunicação, fazendo com que a comunidade alcance níveis variados de entendimento sobre o planejamento urbano, no caso focalizado neste artigo.

O desenvolvimento das tecnologias das redes de informação contribuiu para incentivar o estabelecimento de uma maior interação entre jornalistas e cidadãos, apesar das dificuldades com que se deparam os repórteres no exercício da profissão. Exemplo dessa relação mais estreita entre emissores e receptores são os *blogs* jornalísticos, que, tendo uma linguagem mais informal, fazem um trabalho de observação da realidade mais crítico e apurado e contando com a participação da comunidade em geral através dos comentários sobre cada texto divulgado.

Moretzsohn (1995 apud PINHEIRO, 2009, p. 9) define o jornalismo colaborativo como

[...] o ato do cidadão de desempenhar um papel ativo no processo de coleta de informações com o objetivo de garantir a notícia independente, confiável e precisa. A checagem da veracidade das informações, uma atividade que assegura a credibilidade, é realizada de forma freqüente uma vez que a comunidade virtual está empenhada na busca pela verdade.

O jornalista, nesse contexto, tem o dever e a função de apurar e divulgar a notícia de forma responsável. A parceria entre a comunidade e o jornalismo, incluindo o Poder Público, é positiva quando ocorre a transmissão e a checagem constante das informações. O intercâmbio de ideias entre os envolvidos torna possível a maior percepção sobre a situação das cidades e a respeito do que fazer para melhorar. Afinal, em plena globalização, todos são emissores e receptores de informações.

Os excluídos

No mundo capitalista em constantes transformações, a informação assume um caráter despótico. Quando deveria transmitir e incentivar o conhecimento, busca, na verdade, atender aos interesses do poder hegemônico. Santos (2000, p. 38) avalia essa questão claramente ao dissertar sobre a “violência da informação”, que acontece quando as técnicas, dominadas pelo Estado e pelas empresas, acabam acelerando as desigualdades sociais e formam os grupos de excluídos. “O que é transmitido é manipulado” porque a mídia divulga o fato já interpretado e não da forma como realmente aconteceu.

Haesbaert (2008, p. 166) estuda a questão dos excluídos ao citar na obra *Geografia: Conceitos e Temas* a “modernização arrasadora”, que padroniza os espaços de acordo com o modelo dominante. O estudioso reconhece que os poderes hegemônicos constroem as redes urbanas conforme seus interesses, acrescentando que, no espaço dominado,

[...] a velocidade atroz das novas tecnologias transforma num ritmo alucinante a paisagem [...]. Mas este mesmo processo que, por um lado, produz redes que conectam os capitalistas com as bolsas mais importantes do mundo e aceleram a circulação da elite planetária, por outro gera uma massa de despossuídos sem as menores condições de acesso a essas redes e sem a menor autonomia para definir seus “circuitos de vida”.

Quanto à análise sobre a realização da 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá, pode-se constatar que todas as informações divulgadas na mídia sobre o assunto foram aquelas repassadas pelos representantes oficiais, dentre os quais, os que não têm acesso ao fato puro e às técnicas necessárias para tal ficam de fora.

Refletindo sobre o acesso da comunidade às informações da mídia, pode-se usar como exemplo a Internet. De acordo com informações veiculadas no *site Internet World Stats*⁷, que mantém atualizados os dados mundiais sobre o acesso da população mundial à rede, vê-se que, do total da população brasileira, estimada em 198.739.69 milhões de habitantes em 2009, 67.510.400 milhões (34%) têm acesso e são usuários da Internet.

Nesse sentido, o Brasil melhorou bastante em relação à Nicarágua, que registra apenas 3,1%. O *site* cita, ainda, um crescimento de 1.250,2% no número de usuários no período compreendido entre 2000 e 2009. De fato, o incremento foi significativo, mas ainda é muito pouco se os dados forem

7 O endereço eletrônico completo encontra-se nas Referências deste artigo e é considerado uma das maiores fontes de pesquisa de estatísticas sobre a rede.

comparados aos dos Estados Unidos, onde 74% da população têm acesso à rede mundial de computadores.

Esses números mostram que a questão do acesso à informação é problemática e relativa. Informação é poder, mas não apenas no sentido de criar lideranças e sim, também, de oferecer opções para a população. É o caminho para o cidadão adquirir as bases que lhe permitam fazer escolhas, conhecer seus direitos e deveres, opinar sobre o futuro do país, da cidade a que pertence.

As informações do cidadão - repórter, conforme já referido na questão do jornalismo participativo, reivindicam melhorias dos serviços básicos necessários para manter a cidade como uma máquina em bom funcionamento. Mesmo assim, em muitos casos, como o da 4ª Conferência, os jornalistas procuram contribuir para solucionar os problemas, mas a comunidade pode manter-se omissa.

Essa questão foi até referendada pelo prefeito Wilson Santos durante sua explanação na abertura do evento. As causas da omissão e a alienação da população diante da possibilidade de fazer valer seus direitos podem ter suas raízes no processo lógico de acumulação capitalista. Afinal, o crescimento do desemprego, a concentração de renda nas mãos de poucos e a perda do poder aquisitivo da classe média são alguns exemplos dos aspectos que aumentam as carências da comunidade nas questões de saúde, segurança, educação e alimentação. As consequências disso podem ser devastadoras.

A esse respeito, Peruzzo (1989 apud SEQUEIRA, 2006) considera que

[...] o povo não é convocado para participar no planejamento ou na tomada de decisões de seu país, ele só participa como contribuinte, por meio do pagamento dos vários impostos, que lhe são impingidos. No projeto atual de desenvolvimento do país, o homem é excluído, não participa do planejamento, nem da tomada de decisões e não é suficientemente informado, ou seja, o homem se sujeita, abdica de seus direitos e perde a cidadania. É alienado do processo de desenvolvimento de seu país.

Como ressalta Santos (2000), o conhecimento, nesse sentido, é uma ferramenta primordial para mudar o mundo. A informação deixa de informar para apenas destacar as vantagens e as possibilidades das mercadorias. Mas, isso pode ser diferente. As bases técnicas são usadas para excluir e, também, para difundir cultura, conhecimento, o que se aplica ao uso das tecnologias da informação de maneira forte e abrangente. Mesmo com todas as carências, a comunidade deve, com a parceria e a ajuda dos veículos de informação, participar de todo o processo e não deixar todo o trabalho somente para as

lideranças comunitárias, como as que se fizeram presentes na 4ª Conferência da Cidade de Cuiabá. O autor define os excluídos como “os de baixo” que podem usar o poder da coletividade para ter acesso à informação real: “Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez a experiência da convivência e da solidariedade.” (p. 144).

Considerações finais

Neste artigo fica evidente a necessidade de repensarmos, com urgência, todo o nosso modelo político de representação e focarmos alguns temas colocados acima dos interesses dos políticos de plantão (prefeitos, governadores e até o presidente). O planejamento urbano e a ocupação do solo incluem-se entre esses temas. É quase impossível um plano diretor ser refeito toda vez que mudar o período de gestão de prefeito, que só visa a atender anseios do mercado.

O planejamento urbano e a ocupação do solo são temas a serem pensados e solucionados por uma equipe de especialistas que deixem de lado ambições de políticos e meras questões especulativas de mercado. Geógrafos, arquitetos, urbanistas, engenheiros, ambientalistas, advogados e jornalistas, profissionais de várias áreas do conhecimento, contando com a ativa participação da comunidade, cada um com sua visão sobre os problemas da cidade, podem compor grupos de estudos, pesquisar e determinar o que pode e o que não pode ser feito. Essa articulação é essencial na formulação das políticas públicas para o desenvolvimento regional.

A mídia tem um papel importante nesse contexto, oferecendo subsídios para que os agentes sociais, em especial a população, tenham acesso ao conteúdo verdadeiro dos projetos urbanos. Logo, não há, neste texto, a preocupação de se procurar culpados, mas alertar que a cidade corporativa acaba se esquecendo de seus habitantes. E é nessa perspectiva que o olhar da imprensa pode complementar o olhar geográfico, participando e divulgando todas essas transformações ocorridas na rede urbana de um mundo globalizado.

Referências

- ANDRADE, Manoel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CABO, Arturo Rua de. Planejamento Regional: conceitos e modelos do ordenamento territorial. In: CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito et al. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável e Planejamento: bases teóricas e conceituais**. Fortaleza: UFC/ Empresa Universitária, 1997. p. 27-35.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura, v. 1).
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- _____. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e Temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 141-162.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e Temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 165-205.
- _____. **Territórios Alternativos**. Niterói; São Paulo: EdUFF; Contexto, 2006.
- INTERNET WORLD STATS. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com>>. Acesso em: 18 fev. 2010.
- MOURA, Rosa. Gestão desarticulada: políticas urbanas em tempos de ajuste estrutural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001. p. 331-353.
- MUSSE, Christina Ferraz. A imprensa e as novas cartografias urbanas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXX., 2007, Santos. **Anais...** Santos: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0810-1.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2010.
- NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Agda da Luz. et al. Discussão teórica sobre o conceito de rede urbana. + **Geografia's**, Feira de Santana, n. 1, p. 25-29, maio/nov. 2008.

PAIVA, Raquel (Org.). **Ética, Cidadania e Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PINHEIRO, Guilherme. O Cidadão-Repórter e o Papel do Jornalista Profissional através do Jornalismo Participativo. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, XIV., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0289-1.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU). Disponível em: <<http://www.cuiaba.mt.gov.br/orgaos/ipdu/index.jsp>>. Acesso em: 3 fev. 2010.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá**. Lei Complementar nº 150, de 29 de janeiro de 2007. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

RIVERA, Márcia S. P. **Cuiabá: um nó na rede**. 2006. 159 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEQUEIRA, Cleofe; BICUDO, Francisco. **Jornalismo Comunitário: importância, conceitos e desafios contemporâneos**. Observatório da Imprensa, 30 out. 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=405DAC004>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001. p. 282-356.